



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL nº 0294551-9 – IGARASSU/ PE

APELANTE: PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LTDA.

ADVOGADO: SHEYNER ASFORA

APELADO: MEL EMPREENDIMENTOS LTDA.

ADVOGADO: ELTON MARQUES SEABRA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA INEXISTÊNCIA DÍVIDA C/C SUSTAÇÃO PROTESTO. II- DEFESA PROTOCOLADA NO JUÍZO DEPRECADO – INTEMPESTIVIDADE – AFASTADA NULIDADE DE SENTENÇA. II- JULGAMENTO ANTECIPADO – CAUSA MADURA – CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. MÉRITO: PROTESTO DE TÍTULO – DÍVIDA QUITADA – DANO MORAL IN RE IPSA.

DECISÃO: À unanimidade de votos, foram rejeitadas as preliminares de nulidade da sentença pela decretação equivocada da revelia e de cerceamento defesa, arguidas pela apelante, nos termos do voto da Turma. Mérito: À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Turma.

DATA DO JULGAMENTO: 24 de setembro de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação cível nº 0294551-9, em que é apelante PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LTDA. e apelada, MEL EMPREENDIMENTOS LTDA., ACORDAM os Exmos. Srs. Desembargadores, componentes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade da sentença e de cerceamento defesa, para, no mérito, negar provimento ao apelo, nos termos do voto da Turma.

Recife, 26 de setembro de 2014.

Des. Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR



119
24

ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL nº 0294551-9 – IGARASSU/ PE
APELANTES: PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LTDA.
ADVOGADO: SHEYNER ASFORA
APELADO: MEL EMPREENDIMENTOS LTDA.
ADVOGADO: ELTON MARQUES SEABRA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
2ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Cível interposta por PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LTDA. contra sentença que, nos autos da Ação ordinária de inexistência de dívida c/c sustação de protesto e indenizatória, movida por MEL EMPREENDIMENTOS LTDA., julgou procedente seus pedidos, determinando o cancelamento definitivo dos protestos, com a exclusão do nome do cadastro de proteção ao crédito e condenando-a a pagar R\$ 8.000,00 (oito mil reais), pelos danos morais (fs. 72/74).

Arguiu, preliminarmente, nulidade de sentença decorrente de não conhecimento de sua defesa e cerceamento ao direito de defesa, e, no mérito, a legitimidade dos protestos, diante da não liquidação dos títulos creditícios na data de vencimento, inexistindo dano a ser reparado e excesso no valor da condenação, pleiteando a reforma da sentença (fs. 76/94).

Contrarrazões às fs. 98/106, pugnando pelo improvimento do apelo.

É o que importa relatar.

Ao douto revisor.

Recife, 18 de agosto de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR



122
C

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL nº 0294551-9 – IGARASSU/ PE
APELANTES: PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LTDA.
ADVOGADO: SHEYNER ASFORA
APELADO: MEL EMPREENDIMENTOS LTDA.
ADVOGADO: ELTON MARQUES SEABRA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
2ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA ARGUÍDA PELA APELANTE

Asseverou a empresa apelante, ser nula a sentença a quo, na medida em que reputou intempestiva a contestação por si apresentada, em carta precatória, declarando-lhe revel.

Em regra, o juízo deprecante é o competente para receber a contestação, que deveria ser apresentada após o retorno dos autos da carta precatória.

Nada impede, contudo, que seja apresentada no Juízo deprecado, desde que a precatória lá se encontre, correndo o risco por sua conta, consoante posicionamento jurisprudencial pátrio (TR 671/171).

No caso dos autos, a carta precatória foi cumprida em 16.04.12 (fs. 55v), tendo sido juntada aos autos principais em julho de 2012 (fs. 48v), enquanto que a contestação foi protocolizada naquele juízo em 08.05.12, quando já devolvida ao deprecante.

Percebe-se, pois, que a defesa foi apresentada após a devolução da carta e o réu, precipitando-se e atropelando o procedimento descrito pelo diploma processual, não teve a cautela mínima de verificar se a precatória, já cumprida, ainda se encontrava naquele Juízo.

Portanto, o prejuízo sofrido pelo réu, considerado revel, decorreu de sua própria desídia.

Com essas considerações, rejeito a preliminar.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador

VOTO

PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA ARGUÍDA PELA APELANTE

Aduziu, ainda, ter sofrido cerceamento ao seu direito de defesa, haja vista que o magistrado de piso, entendendo pelo estado e revelia, realizou julgamento antecipado da lide, sem providenciar instrução processual necessária à apuração real dos fatos.

Acontece que o julgamento antecipado é modalidade processual aplicável sempre que ocorrer as hipóteses previstas no art. 330, inciso I, do CPC.

O magistrado tem o poder do livre convencimento. Estando as provas dos autos dispostas para tal finalidade e convencendo-se o juízo da maturidade do processo, tem ele o poder de aplicar a disposição legal.

Tal é a hipótese.

Com essas considerações, rejeito a presente preliminar.

É como voto.

Deu-se - To a Preliminar

Adalberto de Oliveira Me
Desembargador

124
✓

VOTO

MÉRITO

Arguiu a parte apelante a legitimidade dos protestos, em decorrência do pagamento tardio dos respectivos títulos.

Contudo, não é o que se verifica, à luz das provas produzidas nos autos.

Conforme assentado na sentença, ora vergastada, a demandante, demonstrando o fato constitutivo de seu direito, trouxe aos autos os documentos de fs. 21, 26, 28, 31 e 33, os quais provam a quitação dos débitos objeto dos protestos, através de representante da recorrente, seja antes da data de vencimento (títulos nºs 63353, 61648, 63352, 61648 e 64909), seja concomitante aos protestos, afigurando-se, portanto, ilegítimos e abusivos.

É cediço que tanto a indevida inscrição no cadastro de restrição ao crédito, quanto o protesto, geram, por si só, o dever de indenizar, constituindo-se dano moral *in re ipsa*, prescindível de prova do abalo ou sofrimento, uma vez vinculado à própria existência do ato ilícito, cujos efeitos nocivos são presumidos (STJ- 4ª T., AgRg no Resp 1.220.686/MA, Rel. Min. Raul Araújo, Dje 06.09.11).

Neste sentido:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRELIMINARES SUSCITADAS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA REJEITADAS. MÉRITO. PROTESTO INDEVIDO. INCLUSÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. BANCO APELANTE QUE TINHA CIÊNCIA DA INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO ANTES DO PROTESTO. RESPONSABILIDADE CONFIGURADA. DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA. OFENSA À HONRA OBJETIVA. SÚMULA 227 DO STJ. PROVA DO PREJUÍZO. DESNECESSIDADE. ADEQUAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. APLICAÇÃO DOS CONECTIVOS LEGAIS. - Preliminar de prescrição da denunciação à lide - Havendo o requerimento na contestação, exatamente como determina o art. 71 do CPC, não há que se falar em prescrição.- Preliminar de impossibilidade da denunciação à lide no procedimento consumerista - Inexiste relação de consumo entre a empresa autora e a denunciante, pois a demanda é decorrente de negativação indevida, ocasionada por débito oriundo de relação comercial entre duas concessionárias. - Agravo retido - É regida pelo CDC a relação entre a instituição financeira e a concessionária ré, sendo a primeira a prestadora de um serviço de cobrança e a segunda a sua consumidora, o que impossibilita a denunciação à lide do Banco Bradesco S/A. Agravo improvido. - No mérito, é patente a responsabilidade exclusiva do banco, que mesmo avisado a tempo não evitou o protesto indevido. - É pacífico o entendimento de que a pessoa jurídica pode sofrer lesão de natureza moral, quando abalada em sua honra objetiva.- Nos casos,

de protesto indevido e inclusão nos órgãos de proteção ao crédito o dano moral se configura *in re ipsa*, ou seja, não é necessária a prova do prejuízo.- Assim sendo, respeitados os critérios estabelecidos pela doutrina pátria, razoável a fixação do montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), relativos à indenização por danos morais.- Necessidade de aplicação dos consectários legais, correção monetária a partir do arbitramento e juros moratórios de 1% (um por cento) desde o evento danoso.- Apelo improvido. (TJPE- 2ª CC, AC nº 321846-2, Rel. Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, j. 23.04.14, DJe 29.04.14)

APELAÇÕES CÍVEIS. PROTESTO INDEVIDO. DUPLICATA SEM CAUSA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ENDOSSO-MANDATO. LEGITIMIDADE. NULIDADE DO TÍTULO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA. QUANTUM. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES DO STJ E DO TJPE. DECISÃO UNÂNIME. Na hipótese de endosso-mandato, a instituição financeira responde solidariamente com o mandante pelo protesto indevido de duplicata sem causa, haja vista a sua patente negligência em apresentar título de crédito desprovido das exigências formais. A duplicata é título de crédito causal, vinculado a operações de compra e venda de mercadorias ou de prestação de serviços, de modo que, inexistindo negócio jurídico subjacente, configura-se ilegítima, e, por consequência, inexigível, o que afeta toda a cadeia cambial e impõe o cancelamento do protesto. Nos casos de protesto indevido de título, o dano moral se configura *in re ipsa*, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica, haja vista a óbvia mácula causada em sua honra objetiva. - No arbitramento do quantum indenizatório, devem ser observadas as circunstâncias fáticas do caso, levando-se em consideração o valor do título, o grau de culpa, o nível socioeconômico das partes e as repercussões do evento danoso. - Indenização mantida em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Os juros devem ser fixados em 1% (um por cento) ao mês, com incidência desde a data do evento danoso, por se tratar de responsabilidade extracontratual (Súmula 54/STJ). Honorários advocatícios estabelecidos em 20% (vinte por cento) do montante devido, em conformidade com os critérios previstos no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, considerados, especialmente, o grau de zelo do profissional e o trabalho realizado. Precedentes do STJ e do TJPE. (TJPE- 1ª CC, AC nº 305355-6, Rel. Des. Stênio José de Sousa Neiva Coelho, j. 22.04.14, DJe 25.04.14)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO. TÍTULO DE CRÉDITO. APONTAMENTO A PROTESTO INDEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. QUANTUM. REDUÇÃO. PRELIMINARES DE NULIDADE DE SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA E DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE AFASTADAS. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. O indevido apontamento a protesto de cártula contendo o número do CPF, cujo titular não teve qualquer relação jurídica com a parte, enseja o dever de indenizar em face dos danos morais presumidos (dano *in re ipsa*). É recomendável que o valor da indenização seja fixado atendendo aos princípios da

18
razoabilidade e proporcionalidade, revelando-se oportuna a redução do quantum indenizatório para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Provimento parcial do apelo. (TJPE- 2ª CC, AC nº 307080-2, Rel. Des. Adalberto de Oliveira Melo, j. 19.02.14, DJe 01.04.14)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA. RESPONSABILIDADE DO BANCO ENDOSSATÁRIO PELA REPARAÇÃO DOS PREJUÍZOS. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. I – O banco que recebe duplicata de origem irregular, mediante endosso translativo, responde pelos danos decorrentes do protesto indevido. II – "O protesto indevido de duplicata enseja indenização por danos morais, sendo dispensável a prova do prejuízo"(...) (REsp 389.879/MG, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJ 02/09/02). AgRg no Ag 1023742 / PR. Rel. Min. Sidnei Beneti. 3ª Turma. DJe 06/11/2008.

Outrossim, reputo adequado o valor arbitrado a título de indenização moral, em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), considerado o montante dos títulos (cerca de doze mil reais) e a quantidade dos protestos (cinco protestos).

Com essas considerações, nego provimento ao apelo, mantendo inalterada a sentença a quo.

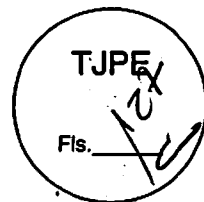
É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR

Accf



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CAMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 62-16.2011.8.17.0710 (294551-9)

RELATOR: ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES
APELANTE: PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LTDA
APELADA: MEL EMPREENDIMENTOS LTDA

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de recurso contra sentença da 2.ª Vara Cível de Igarassu que julgou procedente "Ação Ordinária de inexistência de dívida e sustação de protesto c/c indenização por danos morais", manejada pela Apelada em face da Apelante (fls. 72/74v).

O togado declarou a inexistência dos débitos representados pelos títulos contestados por considerá-los devidamente quitados, determinando o cancelamento definitivo dos respectivos protestos; condenou a Apelante a promover, em 48 (quarenta e oito) horas, a retirada do nome da Apelada dos cadastros de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Demais disso, condenou a apelante a indenizar a Apelada em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por danos morais, valor a ser corrigido monetariamente a partir do arbitramento e com incidência de juros a partir da negativação indevida.

Custas pela Apelante, bem como honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

1 C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Na Apelação (fls. 76/94), a Recorrente formula prefacial de nulidade da sentença em razão da declaração equivocada de sua revelia, pois teria apresentado contestação tempestivamente no Juízo deprecado, não podendo responder pelo erro da respectiva secretaria, que não juntou a referida peça de bloqueio antes de devolver a missiva ao deprecante.

Suscita preliminar de insuficiência de instrução, por não lhe ter sido oportunizada a produção de provas, a exemplo do depoimento pessoal das partes e da oitiva de testemunhas, configurando cerceamento de defesa.

No mérito, argumenta no sentido da inocorrência de danos morais, pois o protesto sucedera com base na ausência de pagamento dos títulos apontados. Neste passo, estaria no exercício legal de seu direito creditício ao promover os protestos e as negativas contestadas.

No mais, assere haver a oponente deixado de comprovar os prejuízos morais que diz ter sofrido.

Busca anular a decisão combatida, mediante o acolhimento das preliminares, com o consequente retorno dos autos ao juízo de origem, para que se cumpra a fase instrutória.

Não sendo isto possível, requer provimento para reverter a decisão combatida, ou, alternativamente, reduzir o montante reparatório.

Recurso preparado e respondido (fls. 95 e 98/106).

Passo a decidir.



PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR INSUFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

A Recorrente se insurge contra o julgamento antecipado da lide, proferido com base no art. 330, I e II, do CPC.

Destarte, aduz ter havido violação aos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

Acrescenta que a dispensa da fase de instrução ocorrera à míngua de um conjunto fático-probatório hábil a elidir todas as questões necessárias ao deslinde da matéria posta a julgamento.

Todavia, a argumentação não procede.

Como foi mencionado alhures, a controvérsia paira em torno de protesto supostamente indevido, fato cuja ocorrência ou não depende essencialmente de provas documentais, as quais as partes já tiveram oportunidade produzir.

Lado outro, o dano moral perquirido em demandas deste jaez se caracteriza como "in re ipsa" ou presumido, segundo a Jurisprudência majoritária.

Por força desta circunstância, bem como em face das consequências presumíveis de qualquer abalo de crédito, as provas no sentido da lesão a direitos personalíssimos tornam-se prescindíveis.

De mais a mais, havendo nos autos elementos suficientes à formação do livre convencimento motivado do juiz, o julgamento antecipado da lide revela-se medida de todo coerente para com a duração razoável do processo.

Sendo este o caso, não prospera o argumento de violação àqueloutros princípios processuais, insculpidos na Carta Magna.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

A propósito:

.....

"PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PRODUÇÃO DE PROVAS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A solução integral da controvérsia, suficientemente fundamentada, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Ao julgador é dado apreciar o pedido formulado com base em provas que entender suficientes para a formação de seu convencimento, não havendo, portanto, indícios de nulidade processual na espécie.

3. Segundo a jurisprudência do STJ, 'cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, previsto no art. 131 do CPC. Assim, não há cerceamento de defesa quando, em decisão fundamentada, o juiz indefere produção de provas, seja ela testemunhal, pericial ou documental' (AgRg no AREsp 336.893/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/9/2013).

4. A avaliação quanto à necessidade e à suficiência ou não das provas e a fundamentação da decisão demandam, em regra, incursão no acervo fático-probatório dos autos e encontram óbice na Súmula 7/STJ.

5. Agravo Regimental não provido".

(AgRg no AREsp 414.534/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 05/12/2013) (g. n.)

.....

Pelo exposto, **REJEITO** a prefacial suscitada.

É como voto.

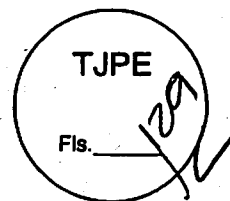
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



**PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR DECRETAÇÃO
EQUIVOCADA DA REVELIA**

Como é cediço, quando o ato se realizar em cumprimento de carta precatória, o respectivo prazo começa a correr de sua juntada aos autos devidamente cumprida, conforme disposição do art. 241, IV, do CPC.

In casu, referida juntada se deu em 03/07/2012 (fl. 48v), pelo que a contestação poderia ser protocolada até o dia 18/07/2012.

A peça de bloqueio da Demandada (fls. 60/65), porém, só veio a estes autos em 25/10/2012 (fl. 57v), por meio de ofício do Juízo deprecado, restando perquirir de quem foi a culpa para tanto, já que ela foi efetivamente protocolada em 08/05/2012 (fl. 60).

Ora, o fato de a contestação ter sido apresentada perante o juízo deprecado não induz, por si só, a revelia, pois a precatória ainda se encontrava naquele juízo por ocasião do protocolo - o expediente foi devolvido somente em 15/06/2012 (fl. 49).

>> Ocorre que a falta de diligência da Demandada restou evidenciada em outro aspecto, consubstanciado na aposição de número equivocado no rosto de sua petição - ela informou que a peça se destinava aos autos de número 075.2011.000.344-1 (fl. 60), quando em verdade respeitava aos de 075.2012.000.914-9 (fls. 49, 53 e 55).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Salvete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Isto fez com que um servidor do juízo deprecado, em 24/05/2012, certificasse equivocadamente que a precatória à qual se dirigia o petitório já havia sido devolvida ao juízo deprecante (fl. 59), fazendo com que a peça não fosse juntada a tempo à missiva.

Assim, somente à desídia da própria Demandada pode ser atribuída a ausência de juntada de sua contestação e, conseqüentemente, sua revelia, que realmente não deve ser afastada.

Destarte, **REJEITO** a presente preliminar.

É como voto.

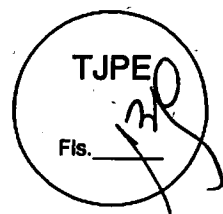
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



MÉRITO

A solução do litígio consiste na revisão dos pressupostos do dever de indenizar e dos critérios para uma reparação equânime.

O Código Civil estabelece:

.....

"Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

.....

O ônus reparatório requer, portanto, o concurso dos seguintes elementos: conduta, nexo de causalidade, dano e culpa, doravante perquiridos.

As partes em contenda mantinham entre si relação comercial na qual a Apelante vendia colchões para a Apelada, emitindo boletos para os respectivos pagamentos (fls. 20/33).

Na inicial, a Apelada sustentou que os pagamentos eram feitos, em verdade, por meio da Trevo Representações, na pessoa do seu representante legal, o Sr. Daniel Tenório.

>> Ora, ainda que a revelia restasse afastada e, por conseguinte, considerada a contestação apresentada pela Demandada, o fato é que ela não dedicou uma linha sequer de sua defesa a negar que o senhor em comento teria legitimidade para receber os pagamentos, restando consolidada como incontroversa a afirmação.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Sendo assim, não há como negar validade aos pagamentos apresentados pela Apelada (fls. 20/33), os quais, como bem pontuou o togado monocrático, ou ocorreram antes do vencimento dos títulos ou ao menos antes do protesto em si.

Neste aspecto, apenas o protesto do título 61648 (fl. 31), vencido em 10/07/2010 e quitado apenas em 02/08/2010, é que se justificaria, pois ocorreu no próprio dia do pagamento (fl. 18), sendo razoável admitir que não houve tempo hábil para processamento ou para que o Sr. Daniel Tenório comunicasse à Apelante que recebeu da Apelada o respectivo valor.

Mas a legitimidade inicial do referido protesto não poderia perdurar até 05/10/2010, data em que passada a Certidão do Cartório de Igarassu, confirmando os apontamentos (fl. 18).

Assim, o que se pode inferir do conjunto probatório carreado aos autos é a inexistência da dívida representada pelos títulos e questão e, por conseguinte, os protestos são indevidos, presumindo-se o dano moral, segundo entendimento pretoriano.

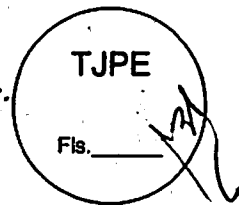
Neste sentido (com grifos nossos):

.....

**PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - 1º APELO - PROTESTO INDEVIDO -
DANO MORAL COM RESULTADOS PRESUMIDOS -
DESNECESSIDADE DE PROVAS QUANTO AO PREJUÍZO E SUA
EXTENSÃO - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR CONFIGURADA -
RECURSO IMPROVIDO.**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



O protesto de título cuja indicação ocorrera após seu regular pagamento gera dano moral indenizável, uma vez que caracterizado o protesto indevido da cártula. Apelo improvido. Unanimidade.

(TJMA – AC 011337/2003 – (52774/2004) – São Luís – 3ª C.Cív. – Relª Desª Cleonice Silva Freire – J. 16.12.2004)

.....

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. DUPLICATA SEM CAUSA. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RISCO DA ATIVIDADE. DANOS MORAIS.

I - A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, tratando-se de duplicata desprovida de causa, não aceita ou irregular, deverá a instituição financeira responder juntamente com o endossante, por eventuais danos que tenha causado ao sacado.

II – “O protesto indevido de duplicata enseja indenização por danos morais, sendo dispensável a prova do prejuízo” (REsp 389.879/MG, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJ 02/09/02).

Agravo Regimental improvido.

(STJ: AgRg no Ag 1281078/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/05/2010, DJe 21/06/2010)

.....

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPUTAÇÃO DE DÉBITOS ORIGINÁRIOS DE RELAÇÃO JURÍDICA INEXISTENTE. DUPLICATA. EMISSÃO. DESPROVIMENTO DE CAUSA SUBJACENTE. PROTESTO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE DEVEDORES INADIMPLENTES. ILICITUDE. SOCIEDADE EMPRESARIAL. DANO MORAL. QUALIFICAÇÃO. EXISTÊNCIA DE PROTESTOS ANTERIORES. DISCUSSÃO JUDICIAL. ELISÃO DO DANO. INVIABILIDADE. SÚMULA 385 DO STJ. ALCANCE. MODULAÇÃO.

1. A pessoa jurídica, sendo sujeita de deveres e obrigações e provida de credibilidade e nome comercial, é passível de experimentar dano de natureza moral, cuja caracterização está plasmada na noção da honra objetiva, que está inserida no conceito e prestígio que a criação jurídica erigira e usufrui perante a praça em que desenvolve suas atividades, transmudando-se em nítido diferencial e fator determinante do sucesso do empreendimento que integra seu objeto social (STJ, Súmula 227).



2. A imputação de débito e a emissão de duplicata desprovidos de causa subjacente legítima, resultando no protesto do título e na subsequente anotação do nome da pessoa jurídica em cadastros de devedores inadimplentes consubstanciam atos ilícitos que, afetando sua credibilidade, conceito e nome, maculando sua honra objetiva, consubstanciam fatos geradores do dano moral, legitimando que seja agraciada com compensação pecuniária compatível com o havido e consonante com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

3. A subsistência de protestos precedentes não obsta a qualificação do dano moral originário do ato cartorário ilicitamente realizado e das anotações restritivas de crédito que ensejara quando os atos subsistentes são objeto de questionamento judicial, pois, na modulação do entendimento consolidado no enunciado constante da súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, somente a anotação realizada de forma legítima é hábil a desqualificar a ofensa moral derivada de registros restritivos subsequentes.

4. Apelo conhecido e desprovido. Unânime.

(TJDFT: Acórdão n. 552937, 20090910219463APC, Relator TEÓFILO CAETANO, 1ª Turma Cível, julgado em 30/11/2011, DJ 05/12/2011 p. 78).

.....

APELAÇÃO CÍVEL. DUPLICATA. TÍTULO CAUSAL. PROTESTO INDEVIDO. NEGÓCIO NÃO APERFEIÇOADO. DANOS MORAIS. CRITÉRIOS.

1. Comprovado que não se aperfeiçoou o negócio jurídico que deu causa à emissão da duplicata, bem como que tal título não foi apresentado à autora para aceite ou recusa, é indevido o seu protesto.

2. O protesto indevido de título de crédito abala a honra e a imagem da empresa, ensejando reparação dos danos morais a ela causados.

3. A indenização por danos morais deve ser fixada considerando a intensidade do dano, bem como as condições da vítima e do responsável, de modo a atingir sua dupla função: reparatória e penalizante. De igual modo, não pode ser fonte de enriquecimento ilícito.

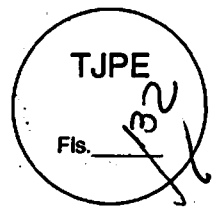
4. Apelação improvida”.

(TJDFT: Acórdão n. 542432, 20100111136950APC, Relator ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, 4ª Turma Cível, julgado em 06/09/2011, DJ 21/10/2011 p. 121)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



N'outro vértice, analiso o valor fixado à guisa de reparação moral.

Assim, a despeito da sua aparente subjetividade, o arbitramento em questão é norteado por critérios legais e doutrinários.

A primeira regra a observar remonta ao "caput" do art. 944 do Digesto Civil, segundo o qual "a indenização mede-se pela extensão do dano".

Desta forma, considerando os fatos narrados, os R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deferidos no Primeiro Grau revelam-se adequados, não desbordando dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista a quantidade e o valor dos títulos protestados.

A propósito:

.....

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. 'REFORMATIO IN PEJUS'. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N.º 282 E 356 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DO DISSÍDIO. CEGUEIRA IRREVERSÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALTERAÇÃO DO 'QUANTUM' ARBITRADO PELAS INSTÂNCIAS DE COGNICÃO PLENA. IMPOSSIBILIDADE 'IN CASU'. EXCESSO OU ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NÃO CONFIGURADOS. HONORÁRIOS. ACÓRDÃO FUNDADO EM INTERPRETAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. 1. O quantum indenizatório devido a título de danos morais deve assegurar a justa reparação do prejuízo sem proporcionar enriquecimento sem causa do autor, além de levar em conta a capacidade econômica do réu. 2. A jurisprudência desta Corte Superior tem se posicionado no sentido de que este quantum deve ser arbitrado pelo juiz de forma a que a composição do dano seja proporcional à ofensa, calcada nos critérios da exemplaridade e da solidariedade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

3. O dano imaterial implica destacar que a indenização não visa a reparar a dor, a tristeza ou a humilhação sofridas pela vítima, haja vista serem valores inapreciáveis, o que não impede que se fixe um valor compensatório, com o intuito de suavizar o respectivo dano. (...) 13. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, parcialmente provido, para determinar a manutenção da sentença de primeiro grau. (REsp 785.835/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, 1ª T, DJ 02.04.2007 p. 241).

.....

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Em sede de recurso especial, não compete ao Superior Tribunal de Justiça revisar as premissas fáticas que nortearam o convencimento das instâncias ordinárias (Súmula n. 7/STJ). 2. O valor da indenização sujeita-se ao controle do Superior Tribunal de Justiça, sendo certo que, na sua fixação, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores e, ainda, ao porte econômico dos réus, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso e atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso. 3. *In casu*, o *quantum* fixado pelo Tribunal *a quo* a título de reparação de danos morais mostra-se razoável, limitando-se à compensação do sofrimento advindo do evento danoso. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 884.139/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18.12.2007, DJ 11.02.2008 p. 1)

.....

Firme nestes fundamentos, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, restando mantida a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Revisor